

Repasse para o Instituto São José gera indignação de sindicato

Magistério. Líder sindical diz que repasse é “jogar dinheiro fora”

■ Cássia Oliveira
redacao7@jornalibia.com.br

O anúncio do repasse de R\$ 290 mil do orçamento da Câmara de Vereadores para viabilizar a reabertura do curso de magistério no Instituto de Educação São José gerou indignação no Presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação de Montenegro e Pareci Novo, Rodrigo Luchesi Tichy afirma que trata-se de “jogar dinheiro pelo ralo” sob o argumento de que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a formação de docentes deve ser em nível superior. E se eles necessitam da faculdade de pedagogia para dar aula, não faz sentido gastar dinheiro público para ofertar o magistério.

Essa determinação da LDB para formação superior tem mais de 10 anos. O

prazo final é 2017 para que nem um professor do ensino básico possa dar aulas sem o curso superior. E, segundo Luchesi, mesmo que o prazo seja prorrogado por dois ou três anos, isso apenas atrasará a medida. Para Rodrigo Luchesi, mais proveitoso seria investir o valor na capacitação superior dos professores ou em outras necessidades educacionais de Montenegro. “Nós temos escolas caindo. E temos professores que não fizeram a faculdade por falta de recurso. Se os vereadores querem fazer algo pela educação em Montenegro, porque não propuseram um acordo com a Unise, por exemplo, para implantação de um curso de pedagogia na cidade?”, sugere.

Além do curso não ter mais validade, outro questionamento se dá pela escolha

da instituição. Isso porque escolas públicas de Montenegro manifestaram interesse em ter o curso de magistério e não conseguiram. “O São José não é uma instituição pública. Por isso pode criar quantos projetos educacionais quiser. Agora, instituir cursos com dinheiro público é de chamar atenção”, questiona Rodrigo. Ao anunciar o repasse, o investimento foi defendido pelos vereadores por ser revertido em bolsas de estudo do curso de Magistério e vagas na Educação Infantil.

A Escola Delfina Dias Ferraz, que atualmente mantém ensino fundamental, tem a proposta de instituir o ensino médio regular, EJA e magistério. A escola conta com estrutura para isso. Atualmente sobram cinco salas nos turnos da manhã e noite e 11 a tarde e há bas-

tante tempo tenta colocar magistério. Segundo o diretor, João Antônio Moreira, para o ensino médio falta a implantação de um laboratório de ciências e, do magistério, a autorização. Para o diretor ainda há demanda para o curso de magistério e esse agrega conhecimentos aos professores. “No magistério tu tem a didática. Um professor com magistério irá realizar melhor suas funções com as práticas que são passadas no curso. O ideal é que ele tenha o magistério, além da faculdade. Acrescenta conhecimento”, diz Moreira. Atualmente o curso mais próximo é oferecido na cidade de São Sebastião do Cai e segundo João Antônio Moreira, principalmente após o corte do transporte, pessoas vão até a Escola Delfina Dias Ferraz questionando se ofertarão o magistério.

“Magistério não está extinto na lei nem na sala de aula”

O professor e vereador Renato Kranz defende a proposta de repasse ao Instituto São José e rebate os argumentos de Rodrigo Luchesi. O vereador lembra que o Instituto São José é uma escola comunitária e, por isso, pode receber a verba. Quanto a orientação da LDB, Kranz afirma que o magistério não será extinto porque apesar dos esforços para complementar a formação dos professores, não é possível exigir o terceiro grau num país em que muitos estados não conseguem sequer pagar o piso legal do magistério. “Como não se

consegue formar professores na quantidade que um país continental como o Brasil demanda, a LDB não extinguirá o curso”, diz Kranz. Como educador ele defende o curso que minimiza dificuldades encontradas na sala de aula por quem tem apenas a faculdade. “O professor tem muita dificuldade na sala de aula, no processo de aprendizagem, e o magistério é importante na formação do docente. Magistério não está extinto na lei nem na sala de aula”, defende Renato Kranz. A diretora do Instituto São José preferiu não se manifestar.



RODRIGO Luchesi Tichy questiona repasse da Câmara

FOTO: INTERNET